



Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios Bloco L -, Edifício-Sede - 6º Andar - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70047-900
Telefone: 61 2022-7671 e - <http://www.mec.gov.br>

PROJETO BÁSICO

PROCESSO Nº 23000.026899/2019-12

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação do Instituto Mauricio de Sousa, CNPJ 01.987.656/0001-02, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento para criação de almanaques de Literacia Familiar com histórias de personagens da Turma da Mônica.

Item	Descrição	Especificação	Valor
1	Elaboração de histórias e atividades de literacia familiar relativas à volta às aulas	70 páginas, sendo 60 de conteúdo, ilustrações e atividades 10 com ilustrações.	R\$ 185.000,00
2	Elaboração de histórias e atividades de literacia familiar relativas ao Natal	70 páginas, sendo 60 de conteúdo, ilustrações e atividades e 10 com ilustrações.	R\$ 185.000,00
Total			R\$ 370.000,00

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo da presente contratação é a consolidação da prática de literacia familiar por parte das famílias brasileiras. Por meio da presente ação o Ministério da Educação (MEC) advertirá pais e cuidadores acerca da importância dessas práticas junto às crianças, orientará os pais quanto às melhores práticas bem como incentivará as crianças a tomarem gosto pela interação.

2.2. Na literatura científica, está consolidado que o êxito das crianças no aprendizado da leitura e da escrita vincula-se fortemente ao ambiente familiar e às práticas e experiências relacionadas à linguagem, à leitura e à escrita que elas vivenciam com seus pais, familiares ou cuidadores. Esse conjunto de práticas e experiências recebe o nome de literacia familiar. Dentre as práticas de literacia familiar, destaca-se a leitura partilhada de histórias, ou leitura em voz alta feita pelo adulto para a criança. Essa prática amplia o vocabulário, desenvolve a compreensão da linguagem oral, desperta a imaginação e o gosto pela leitura e estreita o vínculo familiar, impactando positivamente no processo de alfabetização das crianças.

2.3. Nesse sentido, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, reconhece a família como um dos agentes do processo de alfabetização e destaca a importância de estimular os hábitos de leitura e escrita e à apreciação literária por meio de ações que os integrem à prática cotidiana das famílias. Logo, é de fundamental importância conscientizar e despertar um senso de urgência nos pais, familiares e cuidadores sobre o papel capital que desempenham na educação das crianças, especialmente durante os anos pré-escolares e os anos iniciais do ensino fundamental. Tão importante quanto o alerta é a orientação quanto a conduta a ser desenvolvida para auxiliar as crianças a alcançarem as habilidades necessárias para alfabetização.

2.4. É importante destacar que programas e ações de literacia familiar têm sido idealizados e implementados em diversos países para elevar os índices de alfabetização com bastante sucesso. Por exemplo, nos Estados Unidos, o “Reading is Fundamental”, ao promover ações de literacia familiar, impactou positivamente os índices de alfabetização contribuindo para a aprendizagem da leitura e da escrita de milhões de crianças. Em Portugal, o projeto “Leitura em Vai e Vem” disponibiliza um conjunto de materiais de apoio e incentiva práticas de literacia familiar, pois sabem que tais práticas são indispensáveis para a educação das crianças.

2.5. Para conscientizar os pais, familiares ou cuidadores e promover as práticas de literacia familiar, serão produzidas revistas em quadrinho pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com Maurício de Sousa Produções. No âmbito da presente parceria, Maurício de Sousa Produções será responsável por produzir as revistas. Por sua vez, o MEC será responsável pela impressão e distribuição delas para as famílias por meio das escolas públicas. É importante ressaltar que o MEC opinará decisivamente sobre o conteúdo para garantir a qualidade pedagógica dos materiais.

2.6. A Turma da Mônica foi escolhida para figurar nas primeiras ações de literacia familiar do MEC pela influência que exerce sobre crianças e famílias brasileiras ao longo de seus 60 anos de existência. Além disso, a linguagem visual e as características lúdicas fazem das histórias em quadrinhos bons instrumentos para práticas de literacia familiar.

2.7. Desde os anos 60, o cartunista Mauricio de Sousa vem trabalhando ininterruptamente com histórias orientadas ao público infantil. Seus personagens já fazem parte do imaginário de brasileiros de várias gerações. Os Estúdios Mauricio de Sousa têm ampla fama internacional, tendo seus produtos sido licenciados em cerca de 40 países com 14 idiomas diferentes. Suas histórias já foram adaptadas para diferentes veículos como televisão, teatro e cinema.

2.8. A Turma da Mônica é, indubitavelmente, a série de histórias em quadrinhos brasileira de maior sucesso. Tal sucesso decorre da qualidade do trabalho, que dispensa maiores esclarecimentos, e do apelo que os personagens têm para as famílias. É justamente esse apelo que justifica a mobilização dos Estúdios Mauricio de Sousa, que, por óbvio, detém a propriedade das marcas, para ações de literacia familiar. É possível afirmar que a maioria dos brasileiros, tanto as crianças quanto seus pais, têm em alta conta os personagens e as histórias da Turma da Mônica. Por um lado, os personagens e histórias foram deliberadamente desenvolvidos para chamar a atenção do público infantil. Por outro, os pais da geração que hoje se encontra no primeiro e segundo anos do ensino fundamental tiveram a oportunidade de conhecer, direta ou indiretamente, a mesma turma da Mônica 20, 30 ou 40 anos antes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Os produtos propostos têm como objeto o foco em leitura partilhada e dialógica. Contudo, não se restringem apenas a essas práticas. As produções também promoverão a interação verbal com as crianças e permitirão o manuseio do material impresso, atividades que também influenciam na aquisição de habilidades fundamentais à alfabetização. As pesquisas indicam que o contato com o material impresso pode aumentar o desempenho em leitura, aumentar o tempo e a frequência de leitura e garantir o desenvolvimento de atitudes positivas em relação ao ato de ler por parte das crianças. As práticas de literacia familiar também podem contribuir para que as crianças desenvolvam boa capacidade de leitura autônoma. A boa capacidade de leitura autônoma facilita a compreensão, permite retirar prazer do ato de ler e torna o estudo mais fácil e produtivo. Por esses motivos, ações dessa natureza também servem como medidas preventivas do insucesso escolar.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Conforme discutido, a escolha específica da Turma da Mônica cria um importante elo entre pais e filhos. O fortalecimento desse tipo de elo é da própria essência do que se necessita para o sucesso de ações de literacia familiar. A literacia familiar, por sua vez, contribui decisivamente para a boa alfabetização das crianças, gerando um efeito em cadeia que beneficia toda a sociedade. Logo, o interesse público está claramente resguardado por meio desse tipo de escolha, que garante a promoção do bem de todos, conforme o art. 3º da Constituição Federal.

4.2. Ainda assim, em regra, as aquisições e contratações públicas devem seguir o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão “ressalvados os casos especificados na legislação”. Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O regulamento geral das licitações, a Lei nº 8.666/93, prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensada, dispensável ou inexigível.

4.3. No art. 25 da Lei de Licitações é prevista a inexigibilidade de licitação, tendo como principal característica a inviabilidade de competição, o que torna inviável a realização de certame licitatório. Em complemento à regra prevista no caput do artigo, a norma apresenta em seus incisos três situações em que se caracterizaria a inexigibilidade. Diferente da dispensa, em que a competição é possível mas o legislador permite não fazê-la, na inexigibilidade a competição é inviável, o que tornaria inócuo o procedimento licitatório, cuja razão de ser é, justamente, fomentar a competição em busca da melhor proposta, para o atendimento do interesse público.

4.4. A primeira hipótese de inexigibilidade, contemplada no inciso I, diz respeito à existência de fornecedor exclusivo. A existência de um único fornecedor torna inviável a realização da licitação porque o material somente pode ser fornecido por uma única pessoa. Já o inciso III diz respeito a contratação de renomado profissional do setor artístico. Por se tratar de objeto com valoração intangível, pode ser que haja casos em que só um determinado artista seja adequado a atender o interesse público. Também nesse caso, não faz sentido falar em licitação.

4.5. A natureza da presente demanda é amplamente compatível com o instituto da inexigibilidade de licitação, especialmente nos termos do *caput* do art. 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e de seus incisos I e III:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

4.6. Resta pacífico que, pela natureza do produto ora em questão, não cabe falar em competição, sendo esta inviável. A adequação ao inciso I segue naturalmente de a produção intelectual da Turma da Mônica só poder ser comercializada pelo detentor da propriedade da marca. Já a consagração do autor pela crítica, a que se refere o inciso II, já foi amplamente discutida e dispensa maiores comentários.

4.7. Esse tipo de contratação já foi respaldado, inclusive, por meio de orientação do Tribunal de Contas da União.

É lícita a contratação de serviços com fulcro no art. 25, caput, sempre que comprovada a inviabilidade de competição. (TC – 300.061/95-1 – TCU)

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O serviço objeto da presente contratação é pontual, consistindo das duas entregas isoladas acima descritas.

5.2. Será celebrado contrato com vigência de 12 (doze) meses, de acordo com o que estabelece a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

5.3. A empresa contratada estará sujeita às penalidades previstas nos artigos na Lei nº 8.666/93, assegurado o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa.

6. DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO/PRODUTO

6.1. A execução contratual dar-se-á por meio de fornecimento de serviço na forma a seguir.

6.2. A contratada deverá disponibilizar as revistas completas prontas para impressão, respectivamente 2 (dois) e 4 (três) meses após a assinatura do instrumento contratual.

6.3. Abaixo segue uma estimativa do que cada revista deverá conter:

- capa: ilustração com o tema de literacia familiar e assunto da correspondente data;
- verso da capa: pequena ilustração e espaço para conteúdo de texto do MEC;
- 5 a 10 páginas iniciais com pequenas ilustrações marginais e espaço para conteúdo do MEC com orientações a pais e cuidadores;
- 50 a 60 páginas com histórias em quadrinhos – duas ou três histórias;
- 5 a 10 páginas com atividades para a família;
- verso da contracapa: pequena ilustração e espaço para conteúdo do MEC; e
- contracapa: pequena ilustração e espaço para conteúdo do MEC.

6.4. As histórias, atividades e ilustrações criadas devem ser construídas seguindo as orientações pedagógicas fornecidas pelo MEC, que deverá, ainda, aprovar previamente o conteúdo. A critério da equipe do MEC, os quantitativos abaixo podem ser readequados a depender das necessidades dos conteúdos de literacia de responsabilidade deste Ministério.

6.5. O formato da revista deve ser aproximadamente no padrão 13,5 x 19,0 cm e o conteúdo deve ser desenhado em cores. Os recursos necessários para produção da revista incluem:

- Supervisão geral
- Coordenação de geral
- Direção de arte
- Coordenação de arte
- Coordenação de computação gráfica
- Pesquisa
- Conteúdo
- Consultoria técnica
- Desenvolvimento
- Criação
- Roteiro
- Desenho
- Letra
- Arte-final
- Acabamento
- Cor
- Revisão
- Programação visual
- Digitalização
- Aprovação de material gráfico
- Assessoria Jurídica
- Insumos

7. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. O efetivo adimplemento da obrigação pela contratada dar-se-á a partir da entrega das versões de ambas as revistas aprovadas pelo MEC e prontas para impressão.

7.2. A Contratante verificará a execução do objeto durante o prazo de vigência da assinatura e procederá o ateste do conteúdo das revistas.

7.3. Nos termos do que dispõe o art. 76 da Lei nº 8.666/93, a Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o serviço ou fornecimento executado em desacordo com as condições estabelecidas neste Projeto Básico e na proposta de preços da contratada, observando-se a possibilidade de execução da garantia contratual, na forma estabelecida neste Projeto.

7.4. Durante a vigência da assinatura e caso a Contratante constata a inexecução do objeto, a contratada restituirá ao MEC o valor correspondente ao período de inadimplemento.

8. QUANTIDADES

8.1. Tratam-se de duas entregas, cada uma com cerca de 70 (setenta) páginas, nos formato e prazo constantes da descrição acima.

9. DOS CUSTOS ESTIMADOS

9.1. O valor da atual contratação é de R\$ 370.000,00, conforme proposta do fornecedor exclusivo abaixo resumida. Não se prevê reajuste para a presente proposta.

Item	Descrição	Especificação	Valor
1	Elaboração de histórias e atividades de literacia familiar relativas à volta às aulas	70 páginas, sendo 60 de conteúdo, ilustrações e atividades 10 com ilustrações.	R\$ 185.000,00
2	Elaboração de histórias e atividades de literacia familiar relativas ao Natal	70 páginas, sendo 60 de conteúdo, ilustrações e atividades e 10 com ilustrações.	R\$ 185.000,00
Total			R\$ 370.000,00

9.2. Tal valor é compatível com o realizado pela mesma empresa em serviços semelhantes para o Governo Federal, conforme pode ser visto na tabela abaixo:

Projeto	Responsável	Descrição	Valor das revistas	Valor total da contratação
“Um por Todos, Todos por Um”	CGU	5 revista de 32 páginas	R\$ 244.000,00	R\$1.333.630,00

9.3. O valor contratado pela CGU é de R\$ 1.525,00 por página criada. Esse valor foi cobrado considerando o ganho de escala no âmbito de um projeto com vários outros produtos que somavam R\$1.333.630,00. O valor ora acordado é de, aproximadamente, R\$ 2.467,00 por página, sendo este o único produto contratado. Conclui-se, assim, pela adequabilidade do valor, especialmente considerando que a complexidade de produção de conteúdo inédito não escala linearmente.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão à conta do Orçamento da União para o exercício de 2019, Elemento de Despesa 33.90.39-63.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.1. Conforme estabelecido anteriormente trata-se de fornecedor único, razão pela qual proceder-se-á ao procedimento de inexigibilidade licitatória.

12. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. Para a prestação dos serviços será formalizado instrumento contratual estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Projeto Básico e da proposta de preços.

12.2. O contrato terá vigência de 6 (seis) meses, com início na data de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. Fornecer à contratante, o objeto contratado na forma e com o conteúdo por ela aprovados no prazo firmado no presente instrumento.

13.2. Aceitar acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, de acordo com o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

13.3. Prestar os serviços de acordo com o especificado neste Projeto.

13.4. Responder aos danos causados ao Contratante ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.

13.5. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração, desde que praticada por seus profissionais durante a execução dos serviços.

13.6. Responder pelo cumprimento dos postulados legais no âmbito federal, estadual ou municipal.

13.7. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e obrigações sociais previstos na legislação em vigor.

13.8. Não interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

13.9. Não utilizar, na execução dos serviços, mão de obra de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

13.10. Não permitir, no âmbito da presente iniciativa, a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

13.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições pactuadas.

14.2. Estabelecer rotinas para o cumprimento do objeto deste Projeto Básico.

14.3. Fornecer a qualquer tempo e com presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos.

14.4. Rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa.

14.5. Notificar, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução do Contrato, fixando prazo para a sua correção.

14.6. Atestar a execução da prestação dos serviços e receber a fatura correspondente, quando apresentada na forma estabelecida neste Projeto Básico.

14.7. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

14.8. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

14.8.1. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

14.8.2. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

14.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

14.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

15. **ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

15.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, nos termos dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

15.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.6. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.7. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16. **GARANTIA CONTRATUAL**

16.1. A garantia para a execução do Contrato será dispensada conforme previsão constante no art. 56 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Isso porque é facultado à Administração exigir prestação de garantia nas contratações de bens, obras e serviços, de modo a assegurar plena execução do contrato e a evitar prejuízos ao patrimônio público, dado que antes de estabelecer exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar se realmente é necessária ou se servirá apenas para encarecer o objeto. Nesse sentido já se manifestou o Tribunal de Contas da União:

A exigência de garantia visa a assegurar a execução adequada do contrato e o cumprimento dos compromissos assumidos, eliminando riscos de insucesso. Não pode ser confundida como instrumento para asseverar o êxito da contratada nas contendas judiciais ou administrativas em que representar.

Acórdão 801/2004 - Plenário (Voto do Ministro Relator)

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em parcela única, por emissão de Ordem Bancária para crédito em conta corrente da Contratada, até o 5º (quinto) dia útil, ao da prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura discriminativa, devidamente atestada pelo fiscal designado, comprovantes de recebimentos de encargos sociais e, quando for o caso, de multas aplicadas.

17.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser, obrigatoriamente, acompanhada da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “on-line” ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da lei nº 8.666/93.

17.3. Havendo atraso de pagamento, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100) \times 365 \times EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

17.4. Cumprimento ao disposto no Art. 64, da Lei nº 9.430, de 27/12/96, Lei nº 9.718, de 27/11/98 e IN/SRF nº 306, de 12/03/2003, a Divisão de Execução Orçamentária e Financeira reterá na fonte o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a Contribuição para a Seguridade Social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar a CONTRATADA se esta não apresentar cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 79, de 01/08/2000.

17.5. Quanto à prestação de serviços, na retenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, serão observados, no que couber, o disposto na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

17.6. Antes de efetuar o pagamento será verificada a regularidade da CONTRATADA junto ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores – SICAF, mediante consulta “on line”, cujo documento será anexado ao processo de pagamento.

17.7. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. Com fundamento na Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto/Contrato e demais cominações legais a(s) licitante vencedora (s) que:

18.1.1. Apresentar documentação falsa;

18.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

18.1.3. Falhar ou fraudar na execução do Projeto;

- 18.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 18.1.5. Fizer declaração falsa;
- 18.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 18.1.7. Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- 18.1.8. Não manter a proposta e não assinar o contrato;
- 18.1.9. Ou incorrer em qualquer prática vedada pela Portaria nº 120/2016, do Ministério da Educação.

Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Projeto Básico, no Contrato e das demais cominações legais.

18.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar a partir da notificação da empresa.

18.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

18.5. Sem prejuízo das sanções previstas no item anterior, com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, a licitante vencedora ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

18.5.1. advertência;

18.5.2. multa de:

18.5.2.1. 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde até trinta dias de atraso;

18.5.2.2. 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar trinta dias;

18.5.2.3. 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo de demais sanções;

18.5.2.4. 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente e/ou entrega da garantia contratual, dentro do prazo estabelecido pela administração, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

18.5.2.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução total do contrato.

18.5.3. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MEC, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

18.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir o MEC pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

18.6. No caso de ocorrência concomitante das multas previstas nas alíneas "a" e "b" com as da alínea "c", o percentual aplicado não poderá ultrapassar a 7% (sete por cento).

18.7. As sanções de advertência, suspensão temporária do direito de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à licitante vencedora juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

18.8. No caso de multa, cuja apuração ainda esteja em processamento, ou seja, na fase da defesa prévia, o MEC poderá fazer a retenção do valor correspondente à multa, até a decisão final da defesa prévia. Caso a defesa prévia seja aceita, ou aceita parcialmente, pelo MEC, o valor retido correspondente será depositado em favor da licitante vencedora, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da decisão final da defesa apresentada.

18.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

18.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

18.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

18.12. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

18.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo com rito estabelecido na Portaria nº 120/2016, observando-se regras gerais previstas na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19. **RESCISÃO CONTRATUAL**

19.1. O Ministério da Educação poderá rescindir, a qualquer tempo, o contrato pelos motivos previstos nos arts. 77 e 78 e nas formas estabelecidas no art. 79, todos da Lei nº 8.666/93;

20. **DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Os serviços rejeitados e/ou considerados mal executados, deverão ser refeitos corretamente, com o tipo de execução aprovado pela Fiscalização, arcando a Contratada com os ônus decorrentes do fato.

20.2. A Contratada deverá informar à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos os principais meios de contatar seus funcionários e representantes, tais como números de fax, telefones fixos e celulares, mantendo tais informações constantemente atualizadas.

20.3. Todos os quesitos inerentes aos serviços involuntariamente não explícitos neste Projeto Básico, mas necessários à execução total dos serviços, serão de responsabilidade da empresa.

20.4. A simples apresentação de proposta indica e fica assim entendido que a empresa dá plena concordância a todas as condições estabelecidas neste Projeto Básico.

20.5. Consultas a respeito deste Projeto Básico deverão ser encaminhadas ao e-mail sealfgab@mec.gov.br.

21. **DA APROVAÇÃO**

21.1. Considerando os termos do Art. 7º, § 2º, Inciso I, da Lei nº 8.666/1993, este Projeto Básico deverá ser aprovado pelo Secretário de Alfabetização.



Documento assinado eletronicamente por **Wiliam Ferreira da Cunha, Assessor(a)**, em 01/10/2019, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Francisco Nadalim, Secretário(a)**, em 01/10/2019, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1737248** e o código CRC **3A1FF142**.

À consideração da chefia superior.

WILIAM FERREIRA DA CUNHA
Assessor do Secretário de Alfabetização

De acordo.

CARLOS FRANCISCO DE PAULA NADALIM
Secretário de Alfabetização